

Ainda não chegou a hora

FOLHA DE SÃO PAULO

PAUL SINGER

Amc P-3

28 MAR 1988

Para a surpresa de muitos (entre os quais me incluo), a Assembléia Constituinte concedeu a José Sarney mais dois anos de mandato presidencial. Bem, quase. É possível ainda votar os quatro anos de mandato de transição nas Disposições Transitórias da Constituição, mas é pouco provável que isso venha a ocorrer. As votações maciças a favor do presidencialismo e de cinco anos de mandato presidencial exigem uma reflexão serena, por mais que a frustração imponha um desabafo indignado.

Em primeiro lugar: por que surpresa? Porque a Assembléia Constituinte é composta por parlamentares, os quais só teriam a ganhar com o parlamentarismo. Tanto ganharam os que representam amplos interesses sociais ou que defendem posições ideológicas definidas, como os que representam interesses de grupos, de panelinhas, de clientelas ou até pessoais e familiares. Com o parlamentarismo, os membros da maioria legislativa constituem diretamente o Executivo, que deles depende a cada momento para subsistir e realizar suas políticas. Mas, até mesmo os membros da minoria, que constituiriam a oposição, ganhariam enormemente em influência real sobre o governo, à medida que este precisaria de votos em assuntos controversos, a respeito dos quais a maioria nem sempre consegue manter sua coesão. Com o parlamentarismo, cada deputado e senador obteriam real participação nas decisões políticas, que no presidencialismo, sobretudo "à la brasileira", são tomadas apenas no seio do Executivo.

Além disso, havia na opinião pública um anseio generalizado por uma mudança imediata de governo, anseio que reflete uma consciência (talvez difusa, mas nem por isso menos real) da gravidade e da urgência da crise econômica que nos ameaça. Com inflação beirando os 20% mensais, inversões quase nulas e emprego em queda, a falta dum

governo, capaz de comandar um processo de regeneração regulatória e retomada do desenvolvimento, parecia ter se tornada óbvia e insuportável. Nestas condições, prolongar a sobrevivência do atual governo, paralisado pelas suas contradições e desnordeado pela perda de contato e confiança das principais forças sociais, parece um convite ao suicídio político. Afinal de contas, os componentes da maioria que votou no presidencialismo e nos cinco anos vão ter que se submeter um dia ao veredito das urnas e seria muita ingenuidade deles supor que o eleitorado esquecerá facilmente quem fez o que na fatídica tarde de 22 de março de 1988.

Portanto, a interpretação corrente, de que as pressões e seduções do Planalto e dos governadores, que lhe dão apoio, "produziram", por assim dizer, as maiorias que na Constituinte deram mais dois anos de mandato a Sarney, tem algo de errado. O auto-interesse teria ditado aos constituintes votar em parlamentarismo já, e não como fizeram. O que um governo, rodeado por crises auto-produzidas e reais, poderia lhes oferecer, que eles não pudessem obter, com mais segurança, em alguns meses, dum gabinete, que lhes estaria diretamente subordinado? Alguém talvez pense que a pressão decisiva foi exercida pelos governadores, dos quais muitos parlamentares dependem para indicar ocupantes de cargos públicos ou para favorecer as regiões que os elegeram etc... Mas, mesmo em relação aos governadores, deputados e senadores se fortaleceriam muito no parlamentarismo, pois torna-se iam os intermediários naturais entre o governo federal e os Executivos estaduais. Em lugar de depender destes últimos, os parlamentares federais teriam condições de barganhar junto ao gabinete as reivindicações de seus Estados e, em troca, junto aos governos estaduais, suas próprias reivindicações políticas.

Se houve constituintes que mudaram seu voto por favores do Executivo federal ou de seus Estados, eles venderam sua primogenitura política — seu acesso real ao poder — por um prato de lentilhas. Como não é de se supor que nossos políticos sejam tão obtusos, o seu comportamento deve ter alguma outra explicação. A que me ocorre é que uma parcela decisiva dos constituintes simplesmente se recusou a assumir a responsabilidade que a opção pelo parlamentarismo já ou pelo presidencialismo com eleições já lhes imporia. Uma crise econômica grave, como a nossa, só desperta o apetite pelo poder nos que acham que têm solução para ela. Na maioria, que se constituiu na Constituinte, em 22/03/88, muito poucos devem ter a convicção de que sabem como enfrentar a crise. Sua maior parte, composta por representantes de pequenos interesses seccionais, deve estar assustada e perplexa com a deterioração econômica, o descontentamento popular, manifesto em mobilizações de massa cada vez maiores e mais frequentes. Susto e perplexidade os induziram a optar pela saída aparentemente mais fácil de "deixar como está para ver como fica". Como certa ave grandalhona que enterra a cabecinha na areia até que o perigo passe.

A atitude de avestruz não é só dos impávidos membros do "Centrão", mas também de nossa brava classe empresarial, que eles representam. A burguesia brasileira passou pelo fogo da recessão, no final do regime militar, e saiu chamuscada. Achou que, com a democracia, os bons tempos de crescimento rápido voltariam e na euforia do Plano Cruzado esta esperança pareceu se realizar. Mas, em poucos meses o Cruzado fracassou e, em seguida, o Plano Bresser já nasceu condenado. Nesta altura, o empresariado perdeu firmemente a fé na mágica macroeconômica de seus gurus neo-estruturalistas. Choques, nunca mais. Mas então o que resta? Uma política

concertada (negociada) de rendas, pressupondo uma troca de sistema (parlamentarismo) ou no mínimo de governo (eleições já). Ou, então, a volta à velha e surrada ortodoxia, isto é, à recessão, que se esconde sob o arroz e feijão do ministro Mailson. Os dois anos a mais para Sarney, dados pela direita na Constituinte, indicam que o empresariado — com as notórias exceções — prefere esta última opção.

Se o empresariado não optou ainda deliberadamente pela recessão, fê-lo indireta e talvez inconscientemente, ao permitir que seus representantes na Constituinte prolongassem a vigência do atual governo por mais infundáveis 24 meses. Porque a Sarney parece não restar nenhuma outra opção. A entrega dos ministérios econômicos a dois tecnocratas da Velha República significou precisamente isso. Até 22/03/88, Sarney estava inseguro demais para adotar as medidas "corajosas", "enérgicas", "rigorosas" etc. que vão lançar o país na recessão. Agora, que ele se encontra fortalecido, a burguesia — e os trabalhadores, é óbvio — vão ver o que é bom. A partir de agora os "pacotes" estarão sendo confeccionados, com os quais se produzirá nova inflação "corretiva", seguida por arrocho salarial, contenção da despesa pública e do crédito. E antes que a nova Constituição o proíba, o decreto-lei será usado com entusiasmo, para "estabilizar" a economia, às custas do consumo, do emprego, do investimento e do crescimento.

Ainda não chegou a hora do Brasil usar a democracia para enfrentar suas contradições sociais. Infelizmente, mais uma vez optou-se por reprimi-las mediante o estrangulamento econômico. É o que, temo, vai se comprovar em futuro próximo.

PAUL SINGER, 54, é professor titular da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, pesquisador do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (Cebrap).